

A Europa no Século XIX

João Pedro Ricaldes dos Santos - História

A Europa do século XIX viveu o confronto de três grandes correntes ideológicas. O absolutismo, ligado aos privilégios da nobreza, inspira as tentativas de restabelecer o passado (anterior à Revolução Francesa de 1789). O liberalismo, ligado aos interesses da burguesia, estimula as tentativas de derrubar regimes absolutistas e implantar políticas capitalistas. Surgem, ainda, as idéias socialistas, ligadas à classe operária e ao trabalhador rural, conduzindo a luta por salários, direitos básicos (políticos e trabalhistas) e condições dignas de vida. As duas últimas ideologias, por vezes, adotaram conotações fortemente nacionalistas.

A Inglaterra do século XIX, ao contrário das nações emergentes do continente europeu, já não corria o risco de um regresso ao absolutismo, devido à longa experiência de monarquia constitucional, originada na Revolução Gloriosa de 1688. O desenvolvimento industrial interno e o imperialismo inglês na África e Ásia tiveram o apoio decisivo da Rainha Vitória (1819-1901). Em seu reinado de 64 anos, conhecido como a Era Vitoriana (1837-1901), a supremacia inglesa no mundo foi insuperável. Só na segunda metade do século é que França, Alemanha e Itália começariam a progredir na era industrial.

O parlamentarismo britânico administrou as necessidades sociais, negociou com o crescente sindicalismo (redução da jornada, direitos trabalhistas, aumento salarial) e atendeu parte das reivindicações do cartismo (1838), evitando assim as agitações políticas que abalaram toda a Europa entre 1830 e 1871.

Enquanto isso, no continente europeu a nobreza, mesmo fortalecida pelo Congresso de Viena (1815) não conseguia impedir a difusão do movimento revolucionário iniciado no final do século XVIII e nem o novo movimento operário.

Na França, o Congresso de Viena reconduziu ao poder a dinastia dos Bourbons, mas nem Luís XVIII (1815-1824), nem seu irmão Carlos X (1824-1830) detiveram as revoltas sociais que exigiam o voto universal e direitos trabalhistas. Na Revolução Francesa de 1830 a alta burguesia mobiliza a sociedade contra o absolutismo, substituindo-a por uma Monarquia Constitucional, sob a liderança de Luís Felipe de Orleans (1830-1848).

O êxito francês estimula revoltas liberais na Bélgica, Itália e Alemanha. O próprio Felipe, o “rei burguês”, seria derrubado pela Revolução Popular de Fevereiro de 1848, inspirada pelas recentes idéias socialistas.

Nova onda revolucionária anima a Europa, agora incluindo adeptos do liberalismo, do socialismo e do nacionalismo. Conhecida pelo nome de Primavera dos Povos, as revoltas de 1848 tinham suas raízes naquelas ocorridas em 1830.

As causas da Primavera podem ser localizadas nas expectativas frustradas pelo governo de Luís Filipe e na sua aliança com as classes altas, comum em todo continente, excluindo as classes trabalhadoras. Além disso, a péssima colheita dos anos 1845 e 1846 e a consequente crise econômica, tanto no setor agrícola quanto industrial, preparou o terreno para que as revoluções de 1848 se espalhassem por toda Europa.

Ambas as ondas revolucionárias (1830 e 1848) foram vencidas pela nobreza tradicional, representada pela dinastia dos Habsburgos na Áustria. O império austríaco possuía territórios na Itália e na Alemanha que, ao contrário da França, ainda não eram países internamente unificados.

Na França a Revolução de 1848 teve resultado diferente. Foi criado um Governo Provisório (com participação de liberais e socialistas) ao final do qual Napoleão III foi eleito Presidente da República. A presidência de Napoleão III (1848-1852) implanta o voto universal e concede alguns direitos aos operários.

Em 1852, Napoleão III dá um Golpe de Estado, com o apoio da burguesia e inicia o Segundo Império (1852-1871). Como imperador, suas principais realizações foram a reurbanização de Paris, o desenvolvimento da indústria e a expansão do imperialismo francês (Indochina e Argélia).

Mas, na Guerra Franco-prussiana (conflito entre nacionalismo alemão e francês pelo controle da Alsácia-Lorena) a França é derrotada, o que encerra o Segundo Império

A derrota francesa (Batalha de Sedan) desorganiza o poder político da burguesia. Socialistas organizam a primeira experiência de governo popular, a chamada Comuna de Paris de 1871. Durou pouco mais de dois meses. Com apoio da Alemanha, a burguesia francesa massacra a Comuna (25 mil mortos) e retoma o poder, com Thiers, dando início à Terceira República (1871-1940).

Na Itália e na Alemanha o processo de unificação foi semelhante. As primeiras tentativas de unificação ocorreram em 1848 e ambas se concluíram em 1871. A unificação foi liderada pelo Estado mais industrializado: Piemonte, na Itália; Prússia na Alemanha. Tiveram ainda um inimigo comum, o poder da Áustria nos territórios dos respectivos países.

A unificação dos sete estados italianos (Piemonte, Sardenha, Parma, Módena, Toscana, Lombardia-veneza e Roma) teve a oposição do Papa, da nobreza italiana e da Áustria, todos vinculados aos valores absolutistas.

Os defensores da unificação, por sua vez, dividiram-se em dois grupos. A alta burguesia, interessada no desenvolvimento do mercado interno, tinha como líder o Conde Camilo Cavour, de Piemonte, e defendia um regime monarquista constitucional. A pequena burguesia e os setores populares, liderados por Giuseppe Mazzini e Giuseppe Garibaldi, defendiam um regime republicano para a Itália unida.

A maior dificuldade dos defensores da unificação foi a intervenção de Napoleão III em favor do Papa e, portanto, da descentralização, o que enfraqueceria a indústria italiana.

Mas a derrota de Napoleão III contra a Alemanha retira o obstáculo às forças de unificação, entre as quais a vitoriosa foi a versão burguesa e monárquica de Cavour.

Já a unificação dos trinta e nove estados alemães teve um precedente com o qual os italianos não contavam.

Os estados alemães unificaram-se economicamente, através da área de livre comércio chamada Zollverein, antes mesmo da unificação política. O processo foi inverso no caso italiano. A liderança do caso alemão coube a Otto von Bismark, ministro do rei Guilherme I da Prússia.

Bismark não era adepto do liberalismo e defendia a unificação pela força militar. Preparou e fortaleceu o exército prussiano e adotou uma política externa agressiva. Explorou pacientemente todas as desavenças políticas internacionais e venceu, por etapas, a Dinamarca (na Guerra dos Ducados de 1864), a Áustria (na Guerra das Sete Semanas de 1866) e a França (na Guerra Franco-prussiana de 1871), todas defensoras da descentralização alemã, todas temerosas de que ocorresse a emergência de uma grande potência em suas fronteiras.

E foi o que ocorreu. No final do século XIX a produção de aço alemã já superava a inglesa, o que colocou em risco a hegemonia mundial da Inglaterra. Este foi o fator fundamental que levaria à Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Assim, podemos concluir que ao longo do século XIX, Napoleão III (na França), Camilo Cavour (na Itália), Bismark (na Alemanha), além da Rainha Vitória (na Inglaterra) significaram para seus respectivos países a consolidação da economia capitalista industrial, o controle burguês do Estado e também a expansão imperialista, causa da Primeira Guerra Mundial.

Vemos, portanto, que a economia capitalista estruturou-se através de Estados nacionais e burgueses, seja destruindo os obstáculos absolutistas, seja incorporando concessões aos movimentos socialistas para mantê-los sob controle. Regimes políticos republicanos ou monarquistas constitucionais serviram de instrumentos ao controle ideológico da burguesia industrial sobre o Estado e a sociedade